

ACTA DA 26ª REUNIÃO DA CT MEO

19 de Março de 2025 – Microsoft Teams

PRESENCAS

Ana Patrícia, Fernando Patrício, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Maria José Cardoso, Sérgio Pato, Vítor Correia

AUSENCIAS

Rui Pedro Moreira, Anabela Ramos

ORDEM DE TRABALHOS

- Sem Ordem de Trabalhos
-

No dia 19 de Março de 2025, pelas 10h45m iniciou-se a vigésima sexta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores da MEO.

Jorge Pinto deu início à reunião onde informou que não tendo havido oportunidade de se remeter a ordem de trabalhos, a presente reunião poderia começar pela aprovação da ata da reunião (que tinha sido remetida na segunda-feira), abordar o ponto que tem vindo a ser recorrente relativo às atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias, abordar o ponto sobre o ACT para 2025 e lança o repto aos outros elementos para indicarem outros temas que pretendiam ver debatidos na reunião.

Tendo sido alegado pelo Sérgio Pato que não tinha recebido a ata da reunião, a mesma foi reencaminhada a todos os elementos durante a reunião.

Fernando Patrício demonstrou preocupação sobre o funcionamento do secretariado uma vez que na semana anterior, já no local da reunião, é que verificou que tinha recebido um mail da CT a informar que a reunião ia ser desmarcada por falta de quórum e que passaria para a semana seguinte. Também se mostrou indignado pelo aviso em cima da hora sobre a desmarcação do local da reunião (descentralizada) devido ao temporal. Também não compreende algumas irregularidades na proposta de estatutos recebida por esta comissão e que deu origem à nomeação da comissão eleitoral. Acrescenta que considera o inquérito efetuado aos trabalhadores não deveria ter ocorrido e que até originou uma resposta não agradável por parte da empresa.

Vitor Correia também contestou que tomou conhecimento da alteração da reunião muito em cima da hora.

Sérgio Pato mais uma vez alerta para o facto de que o secretariado não conseguiu garantir o acordado no RFI no que diz respeito aos prazos indicados para o envio das atas bem como da ordem de trabalhos para esta reunião.

O coordenador esclarece que a falta de quórum se deveu ao decline do convite efetuado por mail para a realização da reunião. Tendo-se verificado que mais de metade dos membros do coletivo não iriam estar presentes não faria sentido manter-se a reunião

agendada e reagendou-se para a semana seguinte. Relativamente à alteração do agendamento de passar a ser reunião por Teams, deveu-se também ao alarme onde a própria empresa ponderou optar por deixar os trabalhadores em modo de teletrabalho, face às notícias transmitidas pela comunicação social. Quanto aos inquéritos, os mesmos são efetuados pelo secretariado que, à semelhança dos secretariados anteriores, tomou a iniciativa de lançar este inquérito. Neste mesmo inquérito, foi com surpresa que tomámos conhecimento, que uma das formas de luta proposta pelos trabalhadores passaria por fazer chegar à comunicação social o resultado da negociação do ACT (com mais de 1000 respostas). 61% dos trabalhadores equacionam fazer greve. Relativamente aos estatutos, informou-se que o secretariado não teve qualquer envolvimento deste documento até porque a alteração deste documento partiu de um grupo de trabalhadores onde o secretariado não está incluído.

Foi sugestão do coordenador criar-se um grupo de WhatsApp para se fazer chegar as comunicações mais rápido aos membros do coletivo.

Sérgio Pato continua a considerar que as reuniões, apesar de serem descentralizadas, deverão ser híbridas por forma a deixar participar os membros que possam ter dificuldades em estar presentes.

O coordenador alerta para o facto do número de RMA's ter subido exponencialmente. Sabe-se também que a empresa já não tem quota para o fundo de desemprego, mas a empresa tem arranjado formas alternativas para garantir a atribuição deste subsídio a quem demonstra interesse em aderir. Sérgio Pato acaba por concluir que ainda que não seja a forma mais correta de se trabalhar, esta questão acaba por ser um ponto que os trabalhadores dão valor pois irão ficar sem fonte de rendimento. A perceção a que se chega é que o valor que não pretendem despende em aumentos, estão a ser canalizados para os RMA's.

Retomando a ordem de trabalhos sugerida no início desta reunião, considerou-se que por ter sido remetida muito em cima do momento, a mesma deverá ser votada na próxima reunião.

No que concerne às atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias, e para além do que já foi abordado sobre o inquérito lançado aos trabalhadores, informar que os resultados do inquérito foram remetidos diretamente para a presidente que nomeou o Dr. Luis Silva da DPE para nos responder. Chegou ao conhecimento da CT que existem alguns trabalhadores estão a ser convidados a deslocarem-se do edifício de Linda-a-Velha para Carcavelos. Neste convite, a empresa (quer a DPE quer as chefias) emitiram 90 documentos onde indicam que é a pedido do próprio que estão a ser deslocados. Este documento alega que a pessoa pode voltar ao local de origem em caso de má avaliação, o trabalhador rescinde do direito de ser ressarcido do aumento dos custos com esta deslocação, entre outros que só prejudicam os trabalhadores. A empresa foi questionada com o que se está a passar e assim que se tiver resposta a mesma será transmitida ao coletivo. Informou-se o coletivo que o secretariado foi convocado, pela DPE, para ir assinar o relatório das horas extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores em 2024. Uma vez mais, à semelhança de 2023, verifica-se que existem trabalhadores com perto de 900 horas extraordinárias. Ficaram de remeter a documentação por mail. Ainda assim, a empresa comprometeu-se em efetuar um apanhado dos 10 trabalhadores que mais horas fizeram e

indagar junto das direções o motivo pelo qual cada um deles apresenta um número tão elevado de horas. No final desta interação, iriam dar feedback à CT.

Relativamente ao ACT, a empresa dá, unilateralmente, por terminadas as negociações e determina que ordenado mínimo na empresa passa para os 915 €. Não se revendo os valores na tabela dos vários níveis profissionais, passarão a existir vários níveis com o mesmo valor mínimo.

Fernando Patrício apoia a ideia de que a CT deveria remeter para a comunicação social que a MEO, apesar de aumentar os tarifários dos clientes, não pretende aumentar os ordenados dos seus trabalhadores. Eventualmente poderão chamar à atenção aos clientes da MEO para onde será direcionado o incremento que estão a verificar nas suas faturas.

Relativamente ao pedido da CT ser assistente no processo da Operação Picoas, chegou-nos a resposta ao pedido de recurso onde este pedido é indeferido. Na resposta ao pedido de recurso fica a perceção de que um dos acusados, das várias formas que prejudicou a MEO, terá inclusive chantageado alguns órgãos decisores da empresa.

Numa óptica de se retomarem as reuniões descentralizadas, e após acordo, ficou decidido que as próximas reuniões iriam ocorrer no seguinte formato:

Dia 11/04 – Reunião descentralizada em Vila Chã;

Dia 14/05 – Reunião descentralizada em Faro;

Dia 11/06 – Reunião Teams (semana com vários feriados);

Dia 09/07 – Reunião Teams (período de férias com impacto nas sub-CT's);

Não havendo mais nenhum tema a debater, deu-se por terminada a reunião.